

TERMO DE REFERÊNCIA
Dispensa de Licitação: Cotação Eletrônica 01/2024
NUP 22001022615202403**UNIDADE CONTRATANTE: EEEP MANOEL MANO****1. OBJETO:**

1.1. Escolha da proposta mais vantajosa para **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS**, destinado a atender as necessidades da **EEEP Manoel Mano**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA:

O presente serviço **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS**, para atender às necessidades e demandas da Unidade Escolar no uso contínuo de suas atividades, atendendo assim à **EEEP MANOEL MANO**.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	669660 - MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA EM AR CONDICIONADO 669660 - MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA EM AR CONDICIONADO MARCA: NÃO OBS: Planilha em anexo com as informações dos serviços.	und	01	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00

3.1. O estudo da pesquisa de preço é realizada com fundamento no Art. 29, do Decreto Estadual Nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, por meio do Mapa de Preço que compõe o Sistema Licitaweb do Portal de Compras da SEPLAG – Secretária do Planejamento e Gestão.

3.2 As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

3.3 – Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

4. Dotação Orçamentária:

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados na Dotação Orçamentária da Secretaria da Educação:

4.1.1 Funcional Programática: 22100022.12.362.231.20980.12.339039.50000.0 - 26998

4.1.2 MAPP: 2209162020

4.1.3 Unidade Gestores: 228494 – 23085592 – 07.954.514/0158-23 – EEEP MANOEL MANO

4.1.4.1 Item da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

5. MODALIDADE DE LICITAÇÃO/FUNDAMENTAL LEGAL:

5.1 – Dispensa de Licitação: **Cotação Eletrônica.**

5.2- Amparo Legal:

5.2.1 Art 75, Inciso II, Lei Nº 14.133, de 21 de abril 2021;

5.2.2 Lei Complementar 123, alterada pela Lei Complementar Nº 147, de 07 de agosto de 2014;

5.2.3 Lei Complementar Nº 288, de 20 de julho de 2022; e 5.2.4 Decreto Estadual Nº 35.341 de 09 de março de 2023., alterado pelo Decreto Estadual Nº 35.474, de 26 de maio de 2023.

6. CONDIÇÕES DE ENTREGA:

6.1 O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo, no prazo de **30 (trinta)** dias, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

6.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3 Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados em até **10 (dez)** dias úteis antes do prazo de entrega, e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.4 Os bens que apresentarem vício ou defeito no ato da entrega deverão ser substituídas, por ou tros novos de primeiro uso, e originais, bem como no caso de serviços que apresentarem vício ou defeitos, deverão ser refeitos, mantendo os padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores ao da proposta do contratado.

6.4.1 Uma vez notificado, o contratado realizará a substituição dos bens ou serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação ao contratado, mantendo os mesmos padrões e qualidade e desempenho iguais ou superiores.

6.4.2 No prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DOS BENS E DE PAGAMENTO:

7.1. Recebimento do Objeto:

7.1.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo, no termo de participação e na proposta.

- b) Cadastro de Fornecedores do Estado – CRC regularizado no ato da liquidação;
- c) Certidões de regularidade válidas providenciária, trabalhista e social;
- d) Comprovante que a contratada é optante pelo Simples Nacional;

Podem optar pelo Simples Nacional as micro empresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que não incorram em nenhuma das vedações previstas no art. 3º, §4º, e art. 17 e parágrafos da Lei Complementar 123, de 2006, regulamentada pela Resolução CGSN 140/2018.

7.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e social, conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.3.1 A situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização fiscal, trabalhista e social. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3. Prazo de pagamento:

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da finalização da liquidação da despesa.

7.4. Forma de pagamento:

7.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no **Banco Bradesco S/A**, conforme Lei nº 15.241/2012.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1 O procedimento será divulgado no Portal de Compras do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e comunicado, por mensagem eletrônica, aos fornecedores registrados no sistema Cadastro de Fornecedores do Estado, no correspondente ramo de atividade que se pretende contratar;

8.1.2 No Termo de Participação deverá constar a identificação do Promotor da Cotação Eletrônica, a especificação do objeto da contratação, as quantidades requeridas, as condições de contratação, o regime de execução, o endereço para acesso ao procedimento eletrônico, as datas, horários e prazos para realização das etapas do procedimento, as condições de participação, o prazo e o local de entrega, as regras, os prazos e condições de pagamento;

8.1.3 O fornecedor interessado em participar da cotação eletrônica deverá estar previamente inscrito no Cadastro de Fornecedores do Estado e acessar o sistema mediante identificação do usuário e da respectiva senha privativa do representante de cadastro;

8.1.4 Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração serão os de menor preço conforme dispuser o Termo de Participação;

8.1.5 O fornecedor deverá enviar suas propostas de preço, utilizando, para tanto, exclusivamente, o sistema eletrônico, em período previsto no Termo de Participação, sendo considerada inválida a proposta apresentada por quaisquer outros meios estranhos a este;

8.1.6 Durante o período de recebimento das propostas, o menor preço ofertado estará sempre disponível para conhecimento público em tempo real, vedada a identificação do fornecedor;

8.1.7 A proposta de preço com validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada pelos fornecedores em moeda corrente nacional, com a unidade de fornecimento solicitada em cada item, de apenas uma marca, no caso de bem ou material;

8.1.8 O fornecedor poderá oferecer lances públicos e sucessivos, desde que de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, vedada a exclusão ou retirada da proposta nas últimas 6 (seis) horas da etapa de recebimento das propostas;

8.1.9 Se houver lances iguais ao menor preço ofertados ao final da etapa de recebimento de propostas, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema;

8.1.10 Encerrada a etapa de recebimento de propostas, o Promotor da Cotação Eletrônica realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar identificada como arrematante, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação;

8.1.11 Quando a proposta classificada em primeiro lugar permanecer acima do valor estimado para a contratação, o Promotor da Cotação Eletrônica promoverá negociação com o fornecedor arrematante, exclusivamente por meio do sistema, para obtenção de proposta mais vantajosa, estabelecendo prazo para resposta em campo próprio;

8.1.12 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, se o arrematante recusar ou não responder a contraproposta do Promotor da Cotação Eletrônica;

8.1.13 Antes de declarar a proposta vencedora, o Promotor da Cotação Eletrônica poderá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta comercial adequada ao último lance ofertado pelo arrematante e, se necessário, dos documentos complementares, incluindo especificações técnicas e instruções sobre o bem;

Documentação assinada eletronicamente por: RODRIGUES, J. em 15/02/2024, às 11:24 (horário local do usuário).
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 3336-B4C6-0E5C-6B02.

8.1.14 No caso do Promotor da Cotação Eletrônica exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores adequados à proposta melhor classificada;

8.1.15 As contratações por meio da cotação eletrônica serão feitas preferencialmente de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas atualizações ou outro instrumento legal que venha substituí-la;

8.1.16 Somente serão aceitas propostas de fornecedores cujas atividades econômicas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado sejam compatíveis com o objeto da contratação;

8.1.17 É vedada a participação na cotação eletrônica de empresas inidôneas ou impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

9. DA HABILITAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO:

9.1 Para ser declarado vencedor, o fornecedor melhor classificado após o julgamento quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço, em relação ao estimado, deverá estar em situação regular no Cadastro de Fornecedores do Estado.

9.1.1 Além da regularidade no Cadastro de Fornecedores do Estado, poderá ser exigida documentação complementar para comprovação da habilitação técnica e econômico-financeira, desde que necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto da contratação.

9.1.2 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Promotor da Cotação Eletrônica examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

9.2 A contratação decorrente do procedimento de cotação eletrônica será formalizada mediante emissão da ordem de compra e da nota de empenho, que serão comunicadas ao fornecedor vencedor por meio do sistema, ou celebração de contrato administrativo, quando cabível.

10. DAS ATRIBUIÇÕES DA UNIDADE CONTRATANTE/CONTRATADA:

10.1 Caberá ao Promotor da Cotação Eletrônica:

10.1.1 Providenciar a alocação de recursos orçamentários para o pagamento das obrigações decorrentes da contratação;

10.1.2 Promover todas as etapas da cotação eletrônica, conforme prazos e condições estabelecidos no Termo de Participação e indicados no sistema;

10.1.3 Observar as disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

10.1.4 Negociar com o fornecedor melhor classificado, visando assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração, quando o valor apresentado no sistema for maior do que o valor de referência obtido na forma do inciso II, conforme previsão legal do art 10, inciso VII, Decreto Estadual 35.341.

10.2. Caberá ao Gestor do Contrato:

10.2.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contrato a ser designado pelo núcleo gestor, devendo constar na minuta contratual, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.2.1 Rejeitar os gêneros que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da contratante;

10.2.2. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução dos serviços ora licitados;

10.2.3 Notificar a contratada, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da prestação dos serviços.

10.3 Caberá ao fornecedor, interessado em participar da cotação eletrônica:

10.3.1 Inscrever-se no Cadastro de Fornecedores do Estado para obtenção de usuário e senha de acesso ao sistema de cotação eletrônica;

10.3.2 Declarar em campo próprio o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do Termo de Participação;

10.3.3 Acompanhar as operações no sistema durante o período previsto para o recebimento de propostas, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas ou de desconexão com o sistema por qualquer motivo, não cabendo ao provedor do sistema nem ao Promotor da Cotação Eletrônica qualquer tipo de responsabilização;

10.3.4 Responsabilizar-se pelas transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive, os riscos inerentes ao uso indevido de sua senha de acesso.

10.3.4.1 O acesso ao sistema implica a responsabilidade legal do fornecedor, ou seu representante, e na presunção de sua capacidade técnica e jurídica para participação no procedimento da cotação eletrônica.

10.3.4.2 A utilização do usuário e senha de acesso de que trata o item 10.2.4.1 deste Termo de referência será de responsabilidade exclusiva do fornecedor, incluindo qualquer transação efetuada por ele ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema nem ao Promotor da Cotação Eletrônica responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

10.3.5 Executar o objeto da contratação em conformidade com este Termo de Referência/termo de Participação e seus anexos.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contrato a ser designado pelo núcleo gestor da CREDE, SEFOR ou ESCOLA, devendo constar na minuta contratual, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

12.1 O prazo de vigência é de **365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias**, contado a partir da publicação em D.O.E, na forma do art. 89, §1, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2 O prazo de execução do contrato é de **280 (duzentos e oitenta) dias** contado a partir do efetivo recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Crateús - 15 de Fevereiro de 2024

Poliana Holanda Saraiva de Melo
Diretora – EEEP Manoel Mano

Documento assinado eletronicamente por: ROBERTA RODRIGUES DIAS em 15/02/2024, às 14:20 POLIANA HOLANDA SARAIVA DE MELO em 15/02/2024, às 11:24 (hora local do EEEP Manoel Mano).
conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 3336-B4C6-0E5C-6B02.

PLANILHA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE	TOTAL
01	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE COMPRESSOR ROTATIVO HIGHLY 3TR 36000 R410A BTUS - 208 – 230V/60HZ MONO (NÃO INVERTER)	04	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00
02	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITORES PARA CENTRAIS DE AR MODELOS: 50UF, 45UF, 35UF E 25UF EXECUÇÃO SERÁ PARCELADA OU QUANDO HOUVER SOLICITAÇÃO PELA UNIDADE LICITANTE	15	R\$ 43,00	R\$ 645,00
03	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS - SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO R410A EOS EXECUÇÃO SERÁ PARCELADA OU QUANDO HOUVER SOLICITAÇÃO PELA UNIDADE LICITANTE	06	R\$ 45,00	R\$ 270,00
04	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA PLACA ELETRÔNICA PRINCIPAL DA EVAPORADORA PARA AR CONDICIONADO CARRIER, CASSETE MIRAGGIO, NA CAPACIDADE DE 36.000 BTUS.	02	R\$ 322,50	R\$ 645,00
05	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM AR CONDICIONADO. A empresa que for declarada vencedora terá que executar obrigatoriamente manutenção em 67(sessenta e sete) centrais de ar nas potencias de 9.000, 12.000, 18.000, 22.000, 24.000, 36.000 e 48.000 BTUs EXECUÇÃO PARCELADA EM 3 VEZES DE 67 OU QUANDO HOUVER SOLICITAÇÃO PELA UNIDADE LICITANTE	207	R\$ 120,00	R\$ 24.840,00

OBSERVAÇÕES PARA O ITEM 05:

O serviço consistirá na higienização e limpeza completa de evaporadora e condensadora, reposição de peças e recarga de gás, conforme abaixo:

- 1) Limpeza geral dos equipamentos com lavadora de alta pressão e casas de máquinas;
- (2) Limpar o filtro de ar;
- 3) Medir a tensão de ar;
- 4) Limpar o sistema de drenagem;
- (5) Inspeccionar visor de líquidos;
- 7) Verificar o funcionamento dos controles, dos termostatos, da ventilação, da exaustão, da partida, dos registros, das válvulas

Documento assinado eletronicamente por: ROBERTA RODRIGUES DIAS em 15/02/2024, às 14:20 POLIANA HOLANDA SARAIVA DE MELO em 15/02/2024, às 11:24 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 3336-B4C6-0E5C-6B02.

- de serviços e acessórios;
- 8) Verificar o estado dos filtros secadores e de sucção;
- 9) Verificar e reparar a isolamento térmica dos equipamentos, dutos, rede hidráulica e frigorígena;
- 10) Verificar a existência de vazamento de gás refrigerante; 11) Verificar o nivelamento do aparelho;
- 12) Verificar o gás refrigerante;
- 13) Verificar a atuação e ajuste de ruídos, vibrações anormais, vazamentos e isolamentos, com correções necessárias ao perfeito funcionamento do aparelho;
- 14) Verificar a operação de drenagem de água da bandeja; 15) Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão do filtro; 16) Verificar e eliminar as frestas do filtro;
- 17) Certificar o estado geral do ar-condicionado;
- (18) Verificação da existência de foco de corrosão nos equipamentos, acessórios grelhas, difusores, painéis elétricos, rede hidráulica e frigorígena;
- (19) Medir a tensão entre fases e a corrente elétrica da cada Digitalizado com Scanner Ifase dos motores elétricos;
- 20) Medir e registrar as temperaturas de bulbo seco (TBS) do ar: externo, ambiente, retorno insuflamento e tomada e descarga do condensador;
- 21) Limpar e reapertar os componentes de proteção e conexões dos quadros elétricos e fiação;
- (22) Verificar vibrações, ruídos e aquecimentos anormais nos mancais dos ventiladores, motores e compressores;
- 23) Verificar alinhamento, tensão, desgastes e acoplamentos; 24) Verificar a fixação e isolamento do bulbo e as condições do tubo capilar da válvula termostática;
- (25) Verificar e regular elementos de proteção elétrica e fiação; (26) Reapertar os parafusos de fixação dos motores e compressores;
- (27) Reapertar os parafusos de fixação dos motores e compressores;
- 28) Purgar gases não condensáveis;
- 29) Medir e registrar as temperaturas de superaquecimento e sub-resfriamento;
- 30) Medir e registrar a pressão e temperatura de sucção e descarga;
- 31) Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete.

CROMOGRAMA DE EXECUÇÃO

DESCRIÇÃO	1º EXECUÇÃO	2º EXECUÇÃO	3º EXECUÇÃO
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM AR CONDICIONADO. A empresa que for declarada vencedora terá que executar obrigatoriamente manutenção em 67(sessenta e sete) centrais de ar nas potências de 9.000, 12.000, 18.000, 22.000, 24.000, 36.000 e 48.000 BTUs EXECUÇÃO PARCELADA EM 3 VEZES DE 67 OU QUANDO HOVER SOLICITAÇÃO PELA UNIDADE LICITANTE	69 CENTRAIS	69 CENTRAIS	69 CENTRAIS

Documento assinado eletronicamente por: ROBERTA RODRIGUES DIAS em 15/02/2024, às 14:20 POLIANA HOLANDA SARAIVA DE MELLO em 15/02/2024, às 11:24 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 3336-B4C6-0E5C-6B02.